

MEIO-AMBIENTE

Moradores do Lago Norte, ambientalistas e políticos de oposição não concordam com extinção do Parque Vivencial e recorrem ao Ministério Público do DF

Jefferson Rudy



PREFEITURA DO LAGO NORTE PRETENDIA FAZER PISTA DE COOPER E TRILHAS ECOLÓGICAS, MAS ÁREA DO PARQUE VAI VIRAR SETOR HABITACIONAL

Em defesa do Parque

Carolina Nogueira
Da equipe do Correio

Comunidade e oposição estão se organizando contra a extinção do Parque Vivencial do Lago Norte. Na sexta-feira, o Ministério Público recebeu a primeira representação contra o projeto de lei que transforma a área do parque em setor habitacional, aprovado na Câmara Legislativa uma dia antes. O deputado distrital e ex-secretário de Meio Ambiente, Chico Floresta (PT), protocolou a ação. Moradores da Península também já estão arregaçando as mangas. "Vamos ao MP no primeiro dia útil do ano, essa traição ao povo não pode virar realidade", afirma a secretária de meio ambiente da Prefeitura do Lago Norte, Dolores Pierson.

A representação apresentada por Chico Floresta pede a averiguação da constitucionalidade da extinção do parque e a instauração de ações a partir daí. Para ele, o mais grave é que a lei pode abrir precedente para outras desapropriações. "E se eles resolvem, amanhã, acabar com um outro parque para criar mais

um setor de imóveis?", pergunta. O deputado também deu entrada em outra representação questionando o projeto de lei que permite a venda de terras públicas rurais, aprovado na sexta-feira.

Para ele, além de prejudicar a população, a extinção do Parque Vivencial do Lago Norte levanta suspeitas. Como o projeto que criou o parque, no ano passado, é do ex-senador e correligionário do governador Roriz, Luiz Estevão (PMDB), o deputado levanta a hipótese da criação da área já ter sido feita premeditando sua anulação. "Quem garante que isso não foi uma reserva de mercado?", questiona Floresta. "Eles cercam a área, evitam invasores e a valorização do local, depois cancelam o parque e vendem. É muito suspeito", avalia o deputado.

Independente dos interesses por trás da proposta, ambientalistas e moradores não concordam com a extinção do parque. "Eu não consigo entender esse governo, eles discursam em defesa do meio ambiente e saem com essa", critica o secretário-geral do Fórum de ONGs Ambientais, César Vitor do Espírito Santo. "Tudo em nome do

retorno financeiro", opina. A população também está indignada. "Estávamos elaborando projetos para o parque, pistas de cooper, mini-jardim botânico e trilhas ecológicas", conta Dolores Pierson, da Prefeitura do Lago. "O governo aproveitou quando não tem quase ninguém em Brasília, para evitar repercussão", completa.

IBAMA CONDENA

O secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antônio Barbosa, se limita a dizer que lamenta a extinção do parque. "A decisão foi inevitável, a área já está muito degradada. Recuperar seria caro demais", justifica. Para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) a degradação não é desculpa. O órgão condena a desapropriação do parque e a forma como ela foi conduzida pelo GDF. "Nem que fosse só pela preservação da área verde, o parque deveria ser conservado", afirmou a presidente do Ibama, Marília Marreco.

Segundo ela, o processo de desapropriação não é ilegal — como foi o GDF que criou o por-

que, ele pode cancelar a criação —, mas muito questionável do ponto de vista democrático. "Para ampliar, reduzir ou extinguir uma unidade de conservação, a comunidade atingida sempre precisa ser ouvida", afirma Marília. "Espero que o governador avalie uma forma de reverter esse processo. Se ele fez projeto de lei extinguindo o parque, pode fazer outro recriando", reforça a presidente do Ibama.

Como é pouco provável que a iniciativa parta do GDF, a comunidade vai se organizando. A secretária de Meio Ambiente da Prefeitura do Lago Norte já convocou uma reunião para a próxima terça-feira. "Vamos pedir uma ação civil pública para apurar a irresponsabilidade do governo", promete Dolores Pierson. O deputado Chico Floresta informa que o PT também está elaborando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o projeto. "Além disso, no início da próxima legislatura, vou apresentar o mesmo projeto de criação do parque elaborado pelo ex-senador Luiz Estevão, nem que seja só como instrumento de pressão", conclui.